

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

Agosto de 2017



Apresentação

A Correição Ordinária, prevista no art. 40, §2°, da Lei Estadual nº 221/2010, tem como precípua finalidade reunir informações relevantes da unidade judicial, por meio eletrônico, relacionadas à condução administrativa dos processos judiciais, com vista a identificar possíveis irregularidades e orientar acerca das medidas a serem adotadas, como forma de conferir regularidade aos trâmites processuais.

Para tanto, expediu-se a Portaria n.º 02/2017, publicada no Diário da Justiça nº 5.829, pág. 102/103, de 22.02.2017, na qual destacou-se o período de **07.08 a 11.08.2017** para a realização da Correição Geral Ordinária na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul.

Desenvolvimento dos trabalhos

A captação das informações, relativas aos serviços forenses judiciais, foi realizada na forma eletrônica, utilizando-se do Sistema Processual SAJ/EST.

A sistemática adotada para análise correcional consistiu na seleção de processos, contidos nas filas de trabalho do fluxo processual da Secretaria, há mais de 60 dias.

Também foram observados os processos conclusos por mais de 100 dias, os processos em poder dos Juízes Leigos para proposta de deliberação há mais de 30 (trinta) dias, bem ainda os mandados pendentes de cumprimento com prazo superior a 30 (trinta) dias e as petições com juntada pendente por mais de 15 dias.

Consignou-se, ainda, os processos em andamento sem movimentação há mais de 60 dias, orientação quanto às movimentações processuais e verificação se o número de servidores atende os ditames da Resolução nº 15/2014.

Rua Tribunal de Justiça, s/nº, Via Verde - Rio Branco, AC Tel: 3302-0465 E-mail: coger@tjac.jus.br



CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL JUÍZA DE DIREITO TITULAR ADIMAURA SOUZA DA CRUZ JUÍZA DE DIREITO RESPONSÁVEL EVELIN CAMPOS CERQUEIRA

INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Portaria:	02/2017
Período designado para correição:	07.08 a 11.08.2017
Processos em andamento:	515
Data do processo mais antigo:	09/10/2007
	(0001352-42.2007.8.01.0002 – Situação: Em andamento)

Analisando o Relatório Gerencial da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul, extraído do SAJ/EST, e consultando o SAJ/PG5, no dia 07 de agosto de 2017, constatou-se o seguinte quadro situacional:

1. FLUXO DE TRABALHO

Processos nas respectivas filas por período superior a 60 (sessenta) dias.

1.1. Criminal Única - Processos

a) Ag. Avaliação

Processo	Classe
0000665-84.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0005716-76.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0006866-92.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0009530-96.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

b) Ag. Cumprimento de Carta Precatória

Processo	Classe
0000977-60.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

c) Ag. Designação de Audiência

Processo	Classe
0002381-15.2016.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0006328-77.2016.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0504222-66.2008.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

d) Vista ao Núcleo

Processo	Classe
0000541-04.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0001805-56.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0002436-63.2016.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0004810-86.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0004910-41.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0005191-94.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0005327-91.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0005716-76.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0005720-16.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

1.2. Infância e Juventude - Infracional - Processos

a) Ag. Análise Inicial

Processo	Classe
0007965-97.2015.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

b) Ag. Cumprimento de Carta Precatória

Processo	Classe
0800048-91.2015.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional

c) Ag. Designação de Audiência

Processo	Classe
0000372-80.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0001600-56.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0002726-44.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0003190-68.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800026-62.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800031-21.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800031-84.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800040-80.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800044-83.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800046-53.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800049-42.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800064-74.2017.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800129-06.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0800176-14.2015.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0003274-11.2013.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

d) Ag. Designação de Audiência (URGENTE)

Processo	Classe
0800237-69.2015.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional



e) Ag. Devolução de Precatória

Processo	Classe
0005451-45.2013.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

f) Ag. Providências do Cartório

Processo	Classe
0000031-25.2014.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000090-47.2013.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000870-84.2013.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000990-93.2014.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0001082-71.2014.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0002721-61.2013.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0008255-88.2010.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0008953-26.2012.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

g) Ag. Providências do Cartório (URGENTE)

Processo	Classe
0001843-78.2009.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0004572-09.2011.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0008933-69.2011.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0501202-67.2008.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0504393-23.2008.8.01.0002	Ação Penal - Procedimento Ordinário

h) Portal - Vista eletrônica

Processo	Classe
0800186-24.2016.8.01.0002	Processo de Apuração de Ato Infracional
0003048-69.2014.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas

1.3. Infância e Juventude – Infracional/Execução - Processos

a) Ag. Cumprimento de Mandado

Processo	Classe
0001271-15.2015.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0002872-56.2015.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0003048-69.2014.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0006650-68.2014.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0007253-73.2016.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0001271-15.2015.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0002872-56.2015.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0003048-69.2014.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0006650-68.2014.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas
0007253-73.2016.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas



b) Ag. Decurso de Prazo

Processo	Classe
0005632-41.2016.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas

c) Ag. Designação de Audiência

Processo	Classe
0001148-46.2017.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas

d) Ag. Expedição de Mandado

Processo	Classe
0001146-76.2017.8.01.0002	Execução de Medidas Sócio-Educativas

1.4. Infância e Juventude - Processos

a) Ag. Designação de Audiência

Processo	Classe
0001053-16.2017.8.01.0002	Adoção
0006969-65.2016.8.01.0002	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
0007032-90.2016.8.01.0002	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
0008214-48.2015.8.01.0002	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
0009384-55.2015.8.01.0002	Adoção
0700183-27.2017.8.01.0002	Adoção
0700938-85.2016.8.01.0002	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar
0701134-55.2016.8.01.0002	Adoção
0800156-86.2016.8.01.0002	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente

b) Ag. Providências do Cartório (URGENTE)

Processo	Classe
0007121-50.2015.8.01.0002	Inquérito Policial

Recomendação:

Importante ressaltar que na hipótese de existir processos em filas que não correspondem à última movimentação nos autos, ainda que a fila de trabalho e movimentação processual sejam duas situações distintas, é necessário haver uma coesão visando um melhor gerenciamento dos autos. Assim, recomenda-se que as filas de trabalho estejam de acordo com a situação processual na forma mais alinhada possível.

Destarte, identificadas movimentações errôneas no SAJ, imprescindível efetuar as devidas correções, a fim de não embaraçar e descaracterizar a situação real dos autos.



Em havendo processos na fila "Aguardando Designação de Audiência", cuja data da audiência já fora destacada com a expedição e cumprimento do respectivo mandado judicial, recomenda-se que tais feitos sejam movidos para a fila "Aguardando Realização de Audiência".

Quanto àqueles processos que aguardam a designação ou a realização de audiência para data longínqua, recomenda-se que a expedição e remessa do respectivo mandado à CEMAN ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em observância ao Provimento nº 16/2016, evitando-se, dessa forma, que os mandados sejam incluídos nos plantões judiciais, fato que onera o Poder Judiciário.

A Secretaria deverá, ainda, adotar providências tendentes ao impulso dos feitos paralisados nas respectivas filas há mais de 60 (sessenta) dias.

2. PROCESSOS CONCLUSOS POR MAIS DE 100 DIAS

Não existe processo concluso por mais de 100 dias.

3. MANDADOS PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Não existe mandado pendente de cumprimento por mais de 30 dias.

4. PETIÇÕES COM JUNTADA PENDENTE

Não existe petição com juntada pendente.

5. PROCESSOS EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO

Não existe processo sem movimentação por mais de 60 dias.

6. DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS

De acordo com o sistema processual a unidade apresenta 07 processos pautados, sendo que a audiência mais longínqua está designada para 23/08/2017, conforme seque:

ſ	Data: 10/08/2017 (4)
ſ	Data: 23/08/2017 (3)



7. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Quanto à movimentação processual, destaque-se que com a implantação das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução CNJ nº 46/CNJ, de 18/12/2007) ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ), tornou-se obrigatória a observância da mencionada tabela, no lançamento das movimentações processuais de acordo com ato judicial, não devendo ser utilizada movimentações genéricas, de forma que o extrato processual reflita a real situação dos feitos.

Deste modo, com a finalidade de padronizar e uniformizar a terminologia das movimentações processuais, à vista do comando emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 46/2007), as tabelas processuais unificadas devem ser observadas tanto para os atos do Juiz, como para os praticados pela secretaria da unidade judicial.

8. ATOS NORMATIVOS INTERNOS DIRECIONADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE

Quanto aos processos que versam sobre matéria relacionada a Infância e Juventude, a unidade judicial deverá observar o cumprimento precípuo dos seguintes atos normativos:

- Resolução CNJ nº 54/2008, Ofício Circular nº 028/CNJ/COR/2013 e Pedido de Providências COGER nº 0000120-78.2012.8.01.8001;
- Resolução CNJ nº 77/2009 e Recomendação CNJ nº 25/2009;
- Resolução CNJ nº 131/2011;
- Resolução CNJ nº 165/2012;
- Recomendação CNJ nº 18/2008;
- Provimento nº 32/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça;
- Instrução Normativa nº 02/2010, da Corregedoria Nacional de Justiça;
- Recomendação nº 08/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça;
- Instrução Normativa nº 02/2009, Corregedoria Nacional de Justiça;
- Instrução Normativa nº 03/2009, Corregedoria Nacional de Justiça;
- Ofício Circular COGER nº 43, de 30.06.2011;
- Capítulo III do Provimento COGER nº 16/2016 (Código de Normas dos Serviços Judiciais).

9. RECOMENDAÇÕES GERAIS

Ante essas considerações, no exercício do dever funcional de supervisionar os serviços forenses (art. 19, I, LC nº 221/2010) recomendo:

 a)que as impropriedades identificadas, durante o ato correcional, sejam sanadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, ou na impossibilidade de cumprir algum item específico, que apresente justificativa, comunicando a esta Corregedoria todas as providências adotadas;



- b)que seja conferido ao jurisdicionado tratamento cortês, condizente com a postura que deve ser adotada por um servidor público (art. 166, da LC nº 39/1993 – Estatuto do Servidor Público do Estado do Acre);
- c)cumprimento estrito a todas as normas expedidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, bem ainda aquelas emanadas do Conselho Nacional de Justiça, em especial no que se refere aos procedimentos adotados nos diversos segmentos da Secretaria do juízo;
- d)a alimentação correta dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça, de competência dessa unidade judiciária, obedecendo os prazos estabelecidos:
- e)implementação de melhorias nos processos de trabalho realizados nessa unidade judicial, visando a otimização das práticas cartorárias.

PRODUTIVIDADE DA MAGISTRADA

Durante o período em que a Unidade foi correcionada virtualmente por esta Corregedoria Geral da Justiça, observou-se a seguinte produtividade:

- Julgamento → 89
- Decisão → 163
- Despacho → 112
- Audiências realizadas → 44

QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA VARA DE INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

A composição do quadro de servidores lotados na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul é a seguinte:

NOME	CARGO EFETIVO	QUADRO	CARGO COMISSIONADO
Clediane Santana Barbosa	Técnico Judiciário/ Auxiliar Judiciário	Efetivo	Diretor de Secretaria
Ismael Marçal da Costa Filho	Técnico Judiciário	Efetivo	Assessor de Juiz
Roseane Maria Barbosa da Silva	Técnico Judiciário	Efetivo	Função de Confiança – Assistente de Juiz



Suiane de Lima e Silva Vasconcelos	Auxiliar de serviços Diversos	Efetivo	Função de Confiança – Assistente de Juiz
Audilene Pereira da Silva	Técnico	Efetivo	Função de Confiança –
	Judiciário		Assistente de Juiz
Matheus da Silva Maciel	-	Estagiário	-

Dotação de pessoal nos termos da Resolução nº 15, de 21 de novembro de 2014:

VARAS CÍVEIS E ESPECIALIZADAS			
Unidade Organizacional Quantitativo de cargos comissionados, funções de confiança e efetivos			
Gabinete de Juiz	1 (um)Assessor de Juiz (CJ5) 3 (três)Assistentes de Juiz (FC3) – preferencialmente analistas judiciários - área judiciária (Direito)		
Secretaria de Vara	1 (um)Diretor de Secretaria (CJ5) 6 (SEIS)Servidores efetivos (preferencialmente quatro técnicos judiciários e dois analistas judiciários – área judiciária) 2 (dois)Estagiários (preferencialmente em Direito)		
Conciliação e Mediação	2(dois)Conciliadores		

TABELA COMPARATIVA				
Especificação	Resolução Nº 15/2014	Lotação atual		
Assessor de Juiz	01	01		
Assistente de Juiz	03	03		
Diretor de Secretaria	01	01		
Servidores efetivos	06	-		
Estagiários	02	01		
Conciliadores	02	-		

O quadro de servidores da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul não atende à Resolução nº 15/2014. Conforme aponta a tabela comparativa, na unidade há o *déficit* de 06 servidores efetivos, 01 estagiário e 02 conciliadores.



Corregedoria Geral da Justiça

Conclusão

A correição, na forma eletrônica, ocorreu dentro do prazo previsto.

Após a análise do relatório correcional, restou constatada a inexistência de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Quanto aos processos alocados na Secretaria observou-se a existência de alguns feitos paralisados em filas de trabalho, por período superior a 60 (sessenta) dias, carecendo de medidas de gestão que devem ser adotadas pela magistrada.

Destaque-se que as irregularidades apontadas têm o escopo de contribuir ao bom gerenciamento da unidade judicial garantindo, dessa forma, a regularidade no trâmite processual.

A intenção é que não ocorra a reincidência das impropriedades identificadas. Outrossim, as demais orientações necessárias serão repassadas após a correição presencial, sublinhando que os gestores das Unidades Judiciárias devem manter fiscalizações internas periódicas com vista ao alcance da grande missão do judiciário Acreano, que é a entrega de uma prestação jurisdicional célere, eficaz, que atenda aos anseios sociais.

Rio Branco, 10 de agosto de 2017.

WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ LIMA CORDEIRO:21775540200 Assinado de forma digital por WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ LIMA CORDEIRO.21775540200
DN: C-8IR, 0-16P-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=FFB e-CFP A3, ou=EMB BRANCO), ou-Autenticado por AR Instituto Fenacon, co-MWALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ LIMA CORDEIRO.21775540200
Dados; 221 (7.08.10 11:113:47 -0500'

Desembargadora Waldirene Cordeiro Corregedora-Geral da Justiça